

1 Introdução

“Teria belas histórias a contar aqui, e muitas. Não posso fazê-lo. Entretanto, a tentação é muito forte para mim, amigo, de contar-lhe uma só (...). Você ainda não a sabe; o mais das vezes conversamos sobre assuntos filosóficos ou políticos, não chegando aos detalhes pessoais. Cedo a essa tentação” (Michelet, 1988).

O acelerado crescimento da população de idosos no Brasil é um fato é inegável, pois além das evidências dos espaços públicos, as estatísticas têm mostrado claramente. Ao mesmo tempo, os brasileiros vêm assistindo ao aumento de sua longevidade. Assim, a marcante heterogeneidade da velhice brasileira exige que seja pronunciada no plural. As conseqüências que esse progressivo aumento de idosos imprime nessa camada da população, exigindo políticas sociais mais eficazes na nossa sociedade ainda despreparada, em todos os níveis para promover uma vida digna aos seus cidadãos, torna a velhice uma questão social. Provavelmente a marca mais cruel para os idosos seja a exclusão social que se materializa nos preconceitos, na discriminação, na desigualdade de oportunidades e outras formas expressas ou internalizadas.

Os idosos trazem consigo a marca do tempo cronológico, do tempo atemporal e do tempo social, que fixa um limite de idade para o exercício do trabalho, aposentando-os e, a eles atribui diversos adjetivos, como se fosse um carimbo de inatividade. Afastados do trabalho, distanciam-se das amizades, ficam desatualizados e isolam-se. Os tempos modernos tornaram as relações porosas, virtuais, quase tornando as relações face-a-face obsoletas. Além disso, as transformações sociais, que resultou no isolamento, principalmente entre os membros da família, através do qual a vida se extingue (Michelet, 1988) e tornou os objetos descartáveis, também acelerou todos os aspectos da vida moderna, com a tecnologia. Embora seja propulsor do progresso democrático, ao igualar tudo e todos, a tecnologia centralizou os capitais e, de outro lado, deu acesso a toda a população de produtos, antes inacessíveis.

A amizade, enquanto um processo construído ao longo da história, que se efetua *nas* e *através* das relações sociais, como resultado e resultante e as formas com que veio se desenvolvendo, assim como as conseqüências que resultaram desse processo, sofreu transformações na modernidade, sendo mais valorizada no espaço privado. Na modernidade, que foi marcadamente um processo onde o espaço público se decompôs, privatizando e despolitizando as relações (Ortega, 2002; Arendt, 2002 a), sendo uma das conseqüências, “o declínio das práticas e da reflexão sobre a amizade na sociedade moderna” (Ortega, 2002 :15) que se tornou líquida e efêmera, quase irrelevante.

Além disso, partilhamos das idéias de Arendt (1987), quando afirma que a sociedade se habituou a perceber a amizade apenas como relação íntima e como sentimento e sem uma abertura para o mundo, com uma dimensão política. Talvez seja essa uma das razões em que Bauman (2000) se apóia para esclarecer que a amizade, um dos elementos importantes “da construção comunitária” de outrora, tornou-se frágil, inconsistente e muito “rala” em algum lugar da história. A amizade política é um processo historicamente construído, situado e a sua prática é dinâmica, inacabada, sendo por isso continuamente renovada e incapaz de ser realizada sem a cidadania, presente na obra de Arendt (2002 a), como o direito a ter direitos. Assim compreendida, a amizade política caracteriza-se como uma ação relacional, praticada nas esferas pública através do diálogo, onde todos falam e ouvem a opinião dos outros, no mundo comum a todos os cidadãos.

A presente dissertação tem como referencial teórico Hannah Arendt e representa o resultado da pesquisa teórica e empírica sobre a amizade na perspectiva política, como “interação face a face” (Peixoto,1997:67) dos idosos do Projeto “Idosos Colaboradores” da UnATI/UERJ, no exercício de uma solidariedade, através da ação voluntária. Consiste em um esforço para compreender a amizade na expressão dos direitos sociais dos idosos que desenvolvem ações voluntárias e integram o Projeto “Idosos Colaboradores” (PICOL), do Programa de “Valorização do Conhecimento do Idoso”, na UnATI/UERJ. O nosso estudo priorizou a amizade política, enquanto ação no espaço público, mas a análise recorreu ao movimento centrípeto e centrífugo de Hannah Arendt, mostrando que público e privado se articulam, em uma relação dinâmica sem serem antagônicos.

A nossa aproximação com o tema da amizade no processo de envelhecimento tem origem no decurso da nossa experiência como assistentes sociais no Programa “Universidade Aberta da Terceira Idade” (UnATI/UERJ), a partir do ano 2000, coordenando as reuniões com os idosos que integram o Projeto “Idosos Colaboradores”, onde os seus depoimentos sobre a amizade, revelando uma busca pela construção da amizade e realização dessa amizade, despertaram a nossa atenção. Observamos também a ausência de trabalhos pontuais na UnATI/UERJ, estimulando a construção da amizade, embora verificássemos a prática de amizade entre os idosos, entre estes e as demais faixas etárias, bem como com os estagiários, e os profissionais de idades diversas desse programa.

Na pesquisa, partimos de uma questão: a amizade exercitada pelos idosos colaboradores é uma amizade política? Assim, a finalidade do nosso estudo foi compreender a amizade política, praticada pelos idosos do PICOL. Desse modo, realizamos um exaustivo estudo sobre a amizade, na Filosofia, na antropologia, na Sociologia, na Psicologia e nos estudos empíricos nacionais e internacionais na área do envelhecimento. Observamos que a produção sobre a temática da amizade no processo de envelhecimento ainda carece de pesquisas, pois os estudos realizados não exploram o aspecto político da amizade no processo do envelhecer, que este estudo privilegiou.

Identificamos na revisão teórica as similitudes e diferenças; origens, configurações e fundamentos do vínculo amistoso, bem como a sua articulação às relações respectivas com o envelhecimento e com a política. A importância desse contexto político sobre a amizade e suas implicações ganha singular importância no contexto da Revolução Francesa, ao final do século XVIII, onde tematizamos a amizade política, associada à re-valorização do espaço público, onde no momento histórico estudado, a amizade ocupa o imaginário político (Vincent-Buffault, 1996). A maioria das pesquisas internacionais sobre o tema da amizade no envelhecimento é realizada por assistentes sociais e os estudos nacionais são desenvolvidos, primordialmente pela Psicologia, em Campinas em São Paulo, como a de Erbolato (2002; 2002). A amizade na velhice prende-se ao aspecto do bem-estar subjetivo e das redes de suporte social, não contemplando, portanto a amizade na perspectiva política que o nosso estudo prioriza.

Além disso, o estudo de Dias (1987), Nunes & Cuba (2001) não aprofundam o tema da amizade na área do envelhecimento. Esses estudos,

associados à afirmação dos idosos do PICOL, em reunião de 30.11.2000¹ com a equipe de Serviço Social, que “adquiriram novas amizades”, correspondendo à sua expectativa para o referido semestre, sendo essa declaração ainda recorrente, indicam a necessidade de um aprofundamento do estudo sobre a amizade, junto aos idosos do Projeto “Idosos Colaboradores”.

A vídeo-conferência “Hannah Arendt”, com o professor Francisco Ortega, promovida pela PUC-RJ, em 06.10.2003 foi determinante na definição do tema da amizade política em Hannah Arendt. Além desse evento, os estudos sobre Hannah Arendt na Disciplina *Atividade Programada*, sob a responsabilidade da professora Ilda Lopes do Departamento de Serviço Social e nossa orientadora, sendo uma apresentação inicial à autora, bem como, o aprofundamento desse estudo, na Disciplina *Filosofia Política*, ministrada pelo professor Eduardo Jardim de Moraes do Departamento de Filosofia – ambos na PUC-RJ, foram cruciais para a escolha e confirmação da autora, como suporte teórico no estudo da amizade na perspectiva política. Colaboraram também de forma bastante significativa, as consultas realizadas aos professores Eduardo Jardim, bem como ao professor Celso Lafer, estudiosos de Hannah Arendt com diversas produções sobre essa autora, tendo sido este último por ela orientado em sua Tese de Doutorado, nos Estados Unidos.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata do “Envelhecimento Social no Brasil” - a transformação demográfica brasileira, no que se refere à população de idosos no país e o progressivo crescimento dessa faixa etária, cujas conseqüências expressam uma forma de questão social. Além disso, apresentamos um percurso teórico sobre a temporalidade dos idosos, mostrando as conseqüências da modernidade para a velhice, rebatendo diretamente na plena conquista de direitos, nessa fase da vida.

No capítulo dois, “Amizade e envelhecimento” realizamos um amplo estudo sobre a amizade, em seus diversos aspectos, buscando conhecer as suas características, ao longo da história. Assim, descrevemos as perspectivas da amizade na antiguidade e da construção da amizade no Brasil, ao longo da sua história, recorrendo aos estudos clássicos de Roberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e os contemporâneos Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro. Apresentamos

¹ As nossas atividades no PICOL iniciaram em abril do ano 2000.

também brevemente o exercício da amizade, no contexto da revolução Francesa, sendo no estudo dessa Revolução que Hannah Arendt se baseou para caracterizar a amizade política. Além desse estudo, descrevemos sobre a amizade na área do envelhecimento.

No terceiro capítulo, “Direitos e ação voluntária na velhice”, estudamos os direitos sociais e o longo percurso da cidadania dos idosos brasileiros e o voluntariado. O capítulo quatro, “UnATIs: Ações inovadoras para a Terceira Idade”, trata da história da criação desses programas para a terceira idade e do *locus* da pesquisa, a UnATI/UERJ. Descrevemos também sobre o Serviço Social na UnATI/UERJ e junto ao Projeto “Idosos Colaboradores”.

O quinto capítulo, “Amizade e Amizades dos idosos colaboradores” apresenta os resultados da pesquisa.